

AGU quer afastar cultura da generosidade

Grupos especializados ajudarão a embasar a defesa da União

• Pelos cálculos da procuradora da Fazenda Nacional Luciana Moreira Gomes, se o STF não anular a decisão em primeira instância do processo movido pela Nutriarca Alimentos, o prejuízo relativo a 2000 — último ano reclamado pela empresa na Justiça — seria de R\$ 20,9 bilhões, quase R\$ 4 bilhões a mais do que foi arrecadado de IPI naquele ano. Projetando-se os dados para os últimos dez anos, como decidiu a Justiça em primeira instância, o prejuízo pode chegar a R\$ 209 bilhões.

Segundo a Nutriarca, de 1990 a 2000, a empresa consumiu insumos isentos de IPI, mas seus produtos eram taxados na venda. O advogado-geral da União, ministro Alvaro Augusto Ribeiro Costa, considera o pleito absurdo e diz que a AGU terá nova postura diante

desses pleitos considerados aleatórios.

— A primeira atitude é afastar a cultura da generosidade com o chapéu alheio, fazer com que a sociedade deixe de pensar que a chamada viúva é inesgotável, pode tudo, inventa recursos — disse o ministro.

Ele informou que, dentro da nova orientação para a AGU, estão sendo criados grupos responsáveis por áreas específicas como infra-estrutura (energia, transporte, telecomunicações), funcionalismo público, meio ambiente e direitos humanos. Estes grupos vão se especializar e centralizar as ações judiciais de cada setor. Com isso, o ministro Alvaro Ribeiro Costa acredita que haverá maior agilidade e garantia de que as defesas das causas contra a União serão bem embasadas.